

1 **ATA N°122.** Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e dezessete, o Conselho Municipal de Saúde
2 – CMS, reuniu-se para sua trecentésima décima sexta plenária **ORDINÁRIA**, às quatorze horas, no
3 Auditório da Secretaria da Saúde de Chapecó. Estiveram presentes os conselheiros **TITULARES:** Dinora
4 Bernardi, Rodrigo Momoli, Silvana Hoffman Velasques Moreira, Osmar Arcanjo de Oliveira, Gilberto José
5 Mario, Erli Terezinha de Abreu, Tiago Zanela, Roseli Malacarne Santander, Odete Rizzi Orsolin, Izelda
6 Terezinha Oro, Elisonia Carin Renck, Tania Chiometto Flipin, João Carlos Figueira, Magna Anzolin.
7 **SUPLENTE:** Luciana Azevedo, Jeane Carla Mohr, Mariza Damo, Maira Telechea da Silva. A Secretária
8 do Conselho Municipal de Saúde, Elisonia Karin Renck fez a leitura do quorum qualificado, dezesseis
9 conselheiros aptos a votar. **Ordem do dia: 1. Discussão e deliberação sobre a Ata nº 121; 2. Discussão e**
10 **deliberação das Resoluções Ad Referendum nº 199, 200, 201 e 202; 3. Discussão e deliberação da**
11 **proposta de Resolução que estabelece acesso aos documentos contábeis para as comissões de Prestação**
12 **de Contas e Relatório de Gestão e Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador; 4. Discussão e**
13 **deliberação do Relatório de Gestão 2016; 5. Discussão e deliberação para indicação dos delegados que**
14 **participarão da 1ª Conferência de Vigilância em Saúde da Macrorregião; 6. Sugestão de pauta para a**
15 **próxima reunião.** A Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Izelda Terezinha Oro, iniciou a reunião
16 com o **primeiro ponto de pauta: Discussão e deliberação sobre a Ata nº 121:** a presidente solicitou a
17 secretária executiva, Sonia Scussiato, se algum conselheiro solicitou alterações na ata que informou não
18 haver nenhum pedido de correção. A ata nº 121 foi aprovada por unanimidade. A presidente passou para o
19 quinto ponto de pauta: **Discussão e deliberação para indicação dos delegados que participarão da 1ª**
20 **Conferência de Vigilância em Saúde da Macrorregião,** a Presidente solicitou que Sonia fizesse a leitura
21 das propostas que foram selecionadas na reunião ampliada do dia nove de junho, as oito horas, no Auditório
22 da Secretaria de Saúde. A presidente salientou que essa reunião ampliada teve a participação de diversos
23 segmentos da sociedade e foram feitas amplas discussões sobre os eixos temáticos da conferência. A
24 Presidente solicitou ainda a participação de outros conselheiros na comissão de prestação de contas devido a
25 grande demanda de documentos para analisar. Nenhum conselheiro se manifestou. A presidente falou que
26 quando houver reunião da comissão de prestação e contas será encaminhado convite a todos os conselheiros
27 para oportunizar a participação de todos os conselheiros. Foi feita a leitura das propostas elencadas na
28 reunião ampliada do dia nove de junho, para a etapa macrorregional da Conferência de Vigilância em Saúde
29 com a leitura dos nomes dos oito delegados que foram escolhidos na referida reunião: Rodrigo Momoli,
30 gestor, Rafael Hagemann, gestor, Karina Verginia Giachini, gestora, Douglas Fritzen, gestor, Rita
31 Maria Trindade Rebonato Oltramari, gestora, Roseli Malacarne Santander, usuária, Saionara Vitoria
32 Barimaker, profissional de saúde, Marilene Antunes, usuária indígena. A presidente solicitou a escolha
33 de mais quatro delegados para representar os usuários. O conselheiro João Figueira solicitou que os
34 delegados escolhidos defendam efetivamente as propostas e façam uma devolutiva ao Conselho Municipal
35 de Saúde de como foi o processo da etapa macrorregional e das propostas que possam ser implantadas
36 dentro do município. A Presidente lembrou que na discussão inicial da conferência observou-se que não
37 haveria tempo hábil para a realização de uma conferência municipal de vigilância em saúde, e quando a
38 secretária executiva do conselho fez contato com o Estado o mesmo informou que seria de responsabilidade
39 do Conselho Estadual de Saúde a realização das etapas macrorregionais. Os quatro indicados para serem
40 delegados representando os usuários na etapa macrorregional foram: João Figueira, Paulo Imbé, Izelda Oro,
41 Tiago Zanela e Naildes Brunetto, como suplente. As propostas e os nomes dos delegados foram aprovados
42 por unanimidade pelos conselheiros. A Presidente falou que essas propostas serão consideradas para a
43 construção do Plano Municipal de Saúde. Dando sequência ao **ponto de pauta dois: Discussão e**
44 **deliberação das Resoluções Ad Referendum nº 199, 200, 201 e 202,** a Presidente leu as Resoluções Ad
45 Referendum: "*Resolução nº 199 - Aprovar o credenciamento de cinco leitos pediátricos, tipo II, no Hospital*
46 *Regional do Oeste a fim de garantir a demanda sem exposição de riscos dos pacientes que requerem*
47 *assistência; Resolução nº 200 - Aprovar o credenciamento de novos serviços de Alta Complexidade em*
48 *cirurgias bariátricas através da técnica a laser, conforme portaria nº 424 de 21 de março de 2013;*
49 *Resolução nº 201 - Aprovar a renovação segundo a Portaria do Gabinete do Ministro nº 1020, de 29 de*
50 *maio de 2013, que institui as diretrizes para a organização da atenção a saúde na gestação de alto risco e*
51 *define critérios para a implantação e habilitação dos serviços de referência de atenção em gestação de alto*
52 *risco em conformidade com a Rede Cegonha; Resolução nº 202 - Aprovar o credenciamento dos*
53 *transplantes de córnea para Chapecó e Região Oeste.*" Com relação a Resolução nº 202, a presidente
54 explicou que o município ficou algum tempo sem realizar os transplantes de córnea e por isso foi necessário
55 refazer o credenciamento. A conselheira Elisonia solicitou esclarecimentos a respeito das Resoluções.
56 Quanto a Resolução nº 199, o conselheiro Osmar explicou que o Hospital Regional do oeste possui
57 credenciados dois leitos pediátricos de UTI Neonatal, e recebe um valor por isso, mas o HRO está utilizando

58 para o SUS uma média de cinco leitos, mas recebe apenas por dois. Osmar explicou que a justificativa do
59 não pagamento dos leitos pelo Estado é o não credenciamento dos leitos. Quanto a Resolução nº 201, o
60 conselheiro Osmar informou que o HRO recebe as gestantes de alto risco, mas dentro dos critérios para o
61 credenciamento tem um item que o Hospital deve ter banco de leite, o que o HRO não possui, esse critério
62 está impedindo a renovação do credenciamento, o processo está em andamento e depende da Resolução do
63 Conselho para ser efetivado. Quanto a Resolução nº 200, credenciamento de cirurgias bariátricas, o
64 conselheiro Osmar explicou que o município possui profissionais com interesse em fazer o procedimento
65 pelo SUS, porém é necessário o credenciamento. Osmar explicou que o procedimento é invasivo e somente o
66 ato cirúrgico é realizado no HRO, sendo que o pré e o pós-operatório é feito na Rede Básica de Saúde. A
67 conselheira Elisionia perguntou quem faz o repasse dos valores e a conselheira Dinorá explicou que as
68 Resoluções são necessárias para que haja a habilitação dos procedimentos, pois deve ser solicitado
69 inicialmente para que após venha o recurso financeiro oriundo do Ministério da Saúde. Dinorá informou que
70 atualmente o município de referência para cirurgias bariátricas é Lages, os pacientes devem se deslocar até o
71 município para fazer o procedimento. Dinorá salientou que, pela nova Portaria, o município de origem deve
72 fazer o acompanhamento pré e pós cirúrgico e a secretaria de Saúde estruturou a rede para fazer esse suporte.
73 A conselheira Erli perguntou porque não há UTI Neonatal no Hospital Materno Infantil e se já foram
74 avaliados os custos para a implantação e manutenção de banco de leite. O conselheiro Osmar explicou que os
75 custos para manter um banco de leite são bem altos, quanto a UTI Neonatal no Hospital da Criança não é
76 possível pois a estrutura do hospital é de média complexidade, para ter UTI teria que sofrer uma
77 reestruturação. Osmar falou que existe um projeto tramitando há mais de um ano em Brasília para fazer essa
78 reestruturação. Osmar argumentou que, na sua opinião, o município não possui capacidade financeira para
79 manter os custos de um Hospital, deu como exemplo o custo de manter o Hospital da Criança é em torno de
80 um milhão por mês mas o município recebe apenas R\$ 86.000,00 do SUS. Maira sugeriu que na Resolução
81 nº 201 não deveria ter a palavra "*credenciamento*" no lugar de "*habilitação*" e Dinorá informou que a
82 Resolução está em conformidade com a Portaria Ministerial. O conselheiro João sugere que essa Portaria
83 deve ser anexada à Resolução. A Presidente Izelda solicitou que a Portaria seja anexada à Resolução nº 201.
84 As resoluções foram aprovadas por unanimidade. A Presidente seguiu para o terceiro ponto de pauta:
85 **Discussão e deliberação da proposta de Resolução que estabelece acesso aos documentos contábeis**
86 **para as comissões de Prestação de Contas e Relatório de Gestão e Comissão Intersetorial de Saúde do**
87 **Trabalhador.** A Presidente informou aos presentes que a proposta de Resolução já passou pelas duas
88 comissões que avaliaram e fizeram alterações. A Presidente fez a leitura da proposta de Resolução: "*Artigo*
89 *1º: Aprovar que a Comissão de Prestação de Contas, para deliberar à apreciação do Conselho Municipal*
90 *de Saúde a Prestação de Contas, o Parecer relativo aos investimentos da Secretaria de Saúde de Chapecó,*
91 *tenham acesso aos dados dos recursos do Fundo Municipal de Saúde. Artigo 2º: Aprovar que a Comissão*
92 *Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, para deliberar à apreciação do Conselho*
93 *Municipal de Saúde, o parecer relativo aos investimentos do Centro de Referência em Saúde do*
94 *Trabalhador Regional de Chapecó - CEREST- tenham previamente acesso aos documentos relativos ao*
95 *mesmo, bem como, acesso aos dados dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, relacionados ao Centro de*
96 *Referência em Saúde do Trabalhador Regional de Chapecó - CEREST".* O conselheiro João, coordenador da
97 CIST, esclareceu que ultimamente existe uma preocupação com os gastos dos recursos financeiros da saúde,
98 os conselheiros aprovam através de um parecer da comissão, devido a isso sugeriu uma apresentação por
99 parte da comissão sobre as dificuldades que encontram, assim o Conselho poderá aprovar auditorias externas
100 das contas. o conselheiro João solicitou que a Comissão de Prestação de Contas fizesse uma apresentação na
101 próxima reunião do Conselho explicando como fez a análise dos documentos para recomendar a aprovação.
102 O conselheiro Osmar sugeriu que o conselheiro João participe da Comissão de Prestação de Contas pois é
103 uma forma de conhecer o processo. A Presidente informou que a comissão decidiu fazer reuniões mensais
104 para melhor avaliar a documentação, considerando o grande número de empenhos que se acumulam todos os
105 meses. A Presidente acha positiva a sugestão do conselheiro João pois assim o conselho poderá avaliar todo
106 o trabalho que a comissão tem feito. A conselheira Jeane ponderou que os dados da Prestação de Contas fica
107 disponibilizado ao público através do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal e lembrou que alguns
108 empenhos foram separados mas apenas duas conselheiras se dispuseram a verificar e solicitou uma maior
109 participação dos conselheiros. A Presidente solicitou a votação do terceiro ponto de pauta. Os conselheiros
110 aprovaram por unanimidade. Na sequência foi abordado o **quarto ponto de pauta: Discussão e deliberação**
111 **do Relatório de Gestão 2016:** a Presidente falou que as discussões foram muito produtivas e nas questões
112 das auditorias, que constam no Relatório de Gestão, o Conselho enviou dois ofícios, um para o Departamento
113 Financeiro (ofício CMS nº 048/2017) e outro para o Controle e Avaliação (ofício CMS nº049/2017). O ofício
114 enviado ao financeiro sobre as auditorias nº 27 e 28 onde o departamento informou não ter conhecimento do

115 ressarcimento dos valores conforme recomendação da auditoria (ofício SESAU/DAFI nº 065/2017). O ofício
116 enviado ao Departamento de Controle e Avaliação que questionava auditoria na Clínica Hiperbárica,
117 conforme recomendação da comissão na época, teve como resposta que a demanda por uma auditoria na
118 referida clínica não chegou até o setor, portanto não foi realizada (ofício SMS/DGCAA nº 350/2017). A
119 Presidente informou que também foi questionada a auditoria nº 26 que teve como resposta a não realização
120 devido a problemas internos na equipe, pois nesse período surgiu uma demanda para uma auditoria nos
121 prontuários de pacientes com internação hospitalar no HRO para tratamento de quimioterapia de
122 administração contínua. Essa auditoria foi concluída com a indicação de devolução de recursos faturados
123 indevidamente no valor de R\$ 605.932,03 ao Fundo Municipal de Saúde. A Presidente leu a resposta onde
124 fala na auditoria nº 33 em que o setor justificou a impossibilidade de concluir a auditoria na época por
125 problemas internos e a provável retomada da mesma. O setor justificou ainda o excesso de demanda para
126 poucos profissionais que atuam nas auditorias. A Presidente mostrou que a Comissão que avaliou o Relatório
127 de Gestão deu parecer favorável a aprovação. A conselheira Gessiani Larentes e a servidora Fernanda
128 Metelski iniciaram a apresentação do Relatório de Gestão 2016 agradecendo a participação dos conselheiros
129 que avaliaram e qualificaram em diversos momentos o relatório. Gessiani explanou a respeito do Relatório
130 de Gestão e pontuou alguns itens para a melhor compreensão dos conselheiros. A conselheira Elisônia
131 ponderou que achou muito importante as explicações pois aprendeu muito e solicitou que no próximo
132 relatório a maioria dos conselheiros participem e seja discutido em reuniões extraordinárias do Conselho.
133 Gessiani concordou e acredita que a própria leitura do Relatório de Gestão propicia maior entendimento na
134 análise da saúde no município. O conselheiro João criticou a falta de participação das capacitações dos
135 conselheiros e sugeriu que seja discutida uma capacitação em um horário em que todos podem participar.
136 Gessiani lembrou da capacitação para qualificação dos conselheiros municipais de saúde, que ocorreu em
137 2016 onde teve mínima participação de interessados e falou que deve ser pensado em outras estratégias para
138 instigar o interesse. A Presidente informou que está prevista nova capacitação para os conselheiros que
139 estiverem assumindo o novo mandato. O conselheiro Osmar ressaltou a importância do conhecimento, e
140 acredita que somente o tempo traz essa sabedoria. Osmar explicou a questão da auditoria que determinou a
141 devolução de valores por parte do HRO. Falou que a internação para administração de quimioterapia deve
142 ser no mínimo de quatro dias e no máximo seis dias, se for menor que isso a conta é glosada. Osmar explicou
143 sobre um procedimento realizado no HRO onde o paciente usa uma bomba de infusão e pode ir para casa e
144 receber a quimioterapia no ambiente doméstico e após alguns dias volta ao hospital para a retirada. Esse
145 procedimento evita que o paciente entre em contato com outras doenças presentes no ambiente hospitalar e
146 gera apenas um dia de internação para a colocação e um dia para a retirada. Ocorre que todos os pacientes
147 que receberam a bomba de infusão tiveram suas internações glosadas. A conselheira Maira falou que esse
148 procedimento é ambulatorial e deve ser cobrado como tal. A Presidente informou que no Relatório de
149 Gestão foram questionadas o número de horas extras pagas aos servidores públicos. A Presidente solicitou
150 aos conselheiros a deliberação do Relatório de Gestão 2016 que foi aprovado por unanimidade pelos
151 conselheiros. A conselheira Maira sugeriu que o conselho solicite informações a respeito do que se trata cada
152 auditoria contida no Relatório de Gestão. A Presidente sugeriu que o Conselho faça uma Resolução que
153 determine que todas as auditorias realizadas sejam enviadas cópias para o Secretário de Saúde, para o
154 Conselho Municipal de Saúde e para a Comissão de Prestação de Contas, para que haja transparência. O
155 conselheiro João salientou que, para a maioria dos conselheiros, é difícil a compreensão desses temas, se os
156 conselheiros tiverem um maior entendimento maior será a garantia se tiver que responder judicialmente em
157 algum momento. O conselheiro João falou que os questionamentos nada tem a ver contra o trabalho dos
158 servidores que atuam nos setores, mas surgiu através de uma auditoria do Ministério da Saúde no CEREST
159 onde os auditores questionaram a avaliação da CIST nas prestações de contas. A Presidente ressaltou o
160 direito do conselheiro em questionar e até votar contra se achar necessário e salientou que as gravações das
161 reuniões estão sendo salvas assim como as atas. A Presidente informou que recebeu denúncias sobre vários
162 assuntos: a situação dos bombeiros que ficam no aeroporto; médicos cedidos ao SAMU, quem faz o
163 pagamento de seus salários; quem na Secretaria da Saúde realiza carga horária de quarenta horas semanais e
164 quais as excessões; unidades do São Cristóvão, Chico Mendes, Alta Floresta, Efapi e Saic que não sabem
165 que dias acontecem as reuniões do Conselho Municipal de Saúde. A Presidente lembrou ainda que a
166 Comissão de Visitas deve retomar seus trabalhos. Continuando com as denúncias: a má qualidade dos
167 materiais das Unidades de Saúde; Laboratório no HRO muitos exames repetidos, quem trabalha lá e qual a
168 remuneração; aparelhos da oncologia, qual a quantidade de aparelhos; a demora na realização dos exames
169 pelo Laboratório no HRO e os exames de radiologia, qual empresa que presta serviços dentro dos
170 estabelecimentos públicos. A presidente citou o **sexto ponto de pauta: Sugestão de pauta para a próxima**
171 **reunião**, sugerindo que seja apresentado ao Conselho informações sobre o SAER/SARA, custos e

172 profissionais cedidos para o serviço, qual a pactuação mensal para o serviço. A Presidente sugeriu debater o
173 Portal da Transparência na questão das cirurgias. A Presidente lembrou alguns ofícios que encaminhou no
174 início do ano: qual a pactuação dos serviços aos privados de liberdade, quantos profissionais atuam nesse
175 serviço suas funções e carga horária, qual o valor do investimento incluindo o deslocamento dos servidores,
176 o atendimento se dá a todos os sentenciados do município na Penitenciária, solicitou-se ainda uma visita da
177 Comissão de Visitas e da CIST ao local. A Presidente falou que recebeu uma denúncia quanto as condições
178 de trabalho na Penitenciária Agrícola de Chapecó, das empresas que possuem convênios com o Governo do
179 Estado. A Presidente salientou que todos os serviços que são criados devem passar pelo Conselho e avaliar o
180 perfil epidemiológico dessa demanda. A Presidente informou sobre reunião com o Prefeito Luciano Bulligon
181 onde foram abordados vários assuntos entre eles a falta de conhecimento por parte da Secretaria de Saúde
182 referente ao repasse dos valores já estabelecidos no encontro de contas de 2014. A conselheira Elisonia
183 sugeriu alguns pontos de pauta para a próxima reunião: prestação de contas da SEMPAT 2017; estabelecer
184 um prazo para o Encontro de Contas; estabelecer um prazo para a devolutiva do Prefeito; prestação de contas
185 do HRO referente aos recursos recebidos pelo Fundo Municipal de Saúde e SUS. O conselheiro Osmar falou
186 que a Deliberação nº 218/CIB/2015 que determina os prazos para os Encontros de Contas, lembrou que o
187 último Encontro de Contas aconteceu no dia seis de fevereiro de dois mil e quinze, não houve encontro de
188 contas em 2016 e 2017. Osmar informou ainda sobre a Deliberação nº 200/CIB/16, que era válida sobre o
189 faturamento de agosto de 2016 determinou o novo teto para o HRO, e não foi assinado ainda. Osmar
190 informou sobre a Deliberação nº 425/CIB/2010 sobre o Plano Operativo que é de responsabilidade do gestor,
191 apesar de não ter mais validade, mas ainda está sendo trabalhado em cima dela. Osmar falou que a
192 Deliberação nº 044/CIB/2017 é a que está valendo atualmente, e revoga a CIB 200/2016. Osmar salientou a
193 importância de fazer o Plano Operativo. Osmar falou que a gerência tem cobrado e responsabilizado o Gestor
194 pela sua elaboração. Osmar explicou que a CIB 425/2010 foi revogada pela CIB 200/2016 e esta foi
195 revogada pela CIB 044/2017. A conselheira Dinorá falou que já foi feito levantamento com o governo do
196 Estado sobre os valores de reajuste do teto do HRO, quanto ao Plano Operativo já está quase todo elaborado.
197 A Presidente informou que já falou com o Prefeito sobre os recursos dos atos da Vigilância Sanitária, para
198 que o valor seja repassado para o Fundo Municipal de Saúde. A Presidente também solicitou ao Prefeito que
199 não haja benefício político-partidário para redução de carga horária de servidores, o fim dos pontos
200 facultativos, e quanto a redução da carga horária dos servidores deve haver redução de salários também para
201 gerar maior economia. A Presidente salientou que essas solicitações não são contra os servidores, são um
202 pedido da população. A Presidente solicitou que a acadêmica de mestrado da Unochapecó Patrícia Marafon,
203 venha apresentar seu projeto que solicita acesso aos documentos do Conselho Municipal de Saúde. A
204 acadêmica explicou como será o trabalho que abrangerá ainda a CIST e o CEREST. A conselheira Gessiani
205 solicitou que a acadêmica também registre sua pesquisa no Setor de Educação Permanente. A Presidente
206 solicitou que a conselheira do Conselho Estadual de Saúde, Maria Izabel Giroto, que também é
207 coordenadora da CIST Estadual explique aos conselheiros maiores detalhes sobre a Conferência
208 Macrorregional de Vigilância em Saúde. Maria Izabel explicou que as macroconferências acontecerão nos
209 municípios de Chapecó, Criciúma, Mafra, Rio do Sul e Blumenau, a etapa de Chapecó acontecerá nos dias
210 17 e 18 de julho e a etapa estadual será dos dias 19 e 20 de setembro. Maria Izabel informou que a
211 organização ficará a cargo do Conselho Estadual de Saúde. A plenária foi encerrada e eu, Sonia Scussiato,
212 lavei a presente ata.